



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Pregão Presencial SRP n.º 010/2023

missão	Ass:
permanente	

Processo n.º 2023.045.000339-9-PR
Data: 20/10/2023

Pregão Presencial SRP n.º 010/2023



Comissão	Fls. 132
Assinatura	Rubrica: [assinatura]
Processo n.º	Processo n.º 2023.045.000339-9-PR
Data: 20/10/2023	

Processo n.º 2023.045.000339-9-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Parque Santo Amaro, Telefones n.º (22) 98175-2073/ 98175-0911**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial** sob a forma de **Registro de Preços**, cujo Edital recebeu o n.º **010/2023**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal n.º 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **15h (quinze horas) do dia 22 de novembro de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. **Integram este Edital, independentemente de transcrição:**

- 1.4.1- **Formulário de Proposta - Anexo I**
- 1.4.2- **Minuta de Contrato - Anexo II**
- 1.4.3- **Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**
- 1.4.4- **Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**
- 1.4.5- **Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V**
- 1.4.6- **Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI**
- 1.4.7- **Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII**
- 1.4.8- **Termo de Referência - Anexo VIII**

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos anestésicos odontológicos para suprir as necessidades da Secretaria**

Municipal de Saúde e da Fundação Municipal de Saúde do município de Campos dos Goytacazes/RJ, durante o período de 12 (doze) meses, conforme descrito nos Anexos I e VIII deste Edital.

2.2- A quantidade é estimativa máxima para fornecimento, em conformidade com a legislação em vigor. **A SMS não está obrigada a adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a NÃO aquisição.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por razões diversas, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem (em separado dos envelopes de proposta e documentação) os seguinte documentos:

4.3.1 - Cópia do Ato constitutivo (estatuto social, contrato social ou documento equivalente);

4.3.2 - Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação - Anexo V, assinada por pessoa que detenha os necessários poderes); e

4.3.3 - Declaração de Enquadramento (Anexo VI), apenas nas hipóteses em que a empresa deseje usufruir dos benefícios da LC n.º 123/06.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.



5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.



6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

6.7- A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar, juntamente com a proposta comercial, os documentos exigidos no item 4 do Termo de Referência - Anexo VIII (elaborado pela SMS), sob pena de desclassificação da mesma.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro



poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.3, deverão encaminhar cópia do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI (se for o caso), em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação dos dois primeiros documentos acarretará no impedimento da empresa em participar do certame; Ao passo que a ausência da declaração de enquadramento restringirá tão somente o acesso aos benefícios concedidos pela LC n.º 123/06. Por fim, o licitante devidamente credenciado que não apresentar as citadas declarações, poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei n.º 10.520/02, adotará os seguintes critérios:



7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 – Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 – A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 – Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.



7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no **subitem 16.1**.

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "**HABILITAÇÃO**" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta ou de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

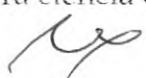
7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.19**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da SMS, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.



7.23- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

7.24- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.25- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a



partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:



- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei n.º 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal n.º 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.2.1- Em que pese o disposto no subitem 8.3.1.1, na hipótese de a comprovação ser realizada por meio de patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.2.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como vencedor.

8.3.2.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); procederá conforme definido na parte final do subitem 7.19 (em cada item, conforme o caso), devendo, após encerrada a etapa de lances, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.2.4- Fica estipulado que ocorrendo o disposto no subitem 8.3.2.2, e estando a empresa sem representação (independente do motivo), a inhabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.



8.3.3- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.4.

8.3.3.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.4.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - As licitantes deverão apresentar documentação de qualificação técnica conforme exigido no item 7 do Termo de Referência - Anexo VIII.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social no momento do credenciamento estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.



8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme subitem 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9.3- Os recursos e contrarrazões recursais poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.



10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no fornecimento**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa, quando e se efetivada, pela SMS, correrá pelo(s) código(s) correspondente(s), relativo(s) ao Programa de Trabalho n.º 10.301.0081.4198.0000 e pela Natureza de Despesa n.º 339030; pela FMS, Programa de Trabalho n.º 10.301.0082.2387.0000 e pela Natureza de Despesa n.º 339030.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE ENTREGA

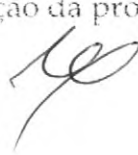
12.1.1- A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a Nota de Empenho no prazo de **03 (três) dias** a contar da comunicação efetivada pelo setor de contratos;

12.1.2- A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar os produtos solicitados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, de acordo com o subitem 8.3 do Termo de Referência (Anexo VIII), sob pena das sanções legais cabíveis.

12.1.3- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de fornecimento.

12.1.4- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.5- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.



12.1.6- Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- A vencedora desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado no local definido no subitem 8.2 do Termo de Referência (Anexo VIII).

12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma parcial.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a SMS convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata da Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais



cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da **SMS** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - As solicitações de esclarecimentos e as impugnações editalícias poderão ser protocolizadas no setor de **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos dos Goytacazes/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

16- DO VALOR

16.1- Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 864.778,96 (oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos).



17- DO PAGAMENTO

17.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **CONTRATANTE** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a entrega, conforme item 18 do Termo de Referência (anexo VIII).

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Saúde, através do Protocolo Geral.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

17.4- O pagamento da parcela será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do(a) Secretário(a), em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao/à mesmo(a).

17.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.



18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

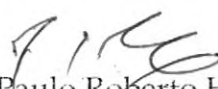
19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

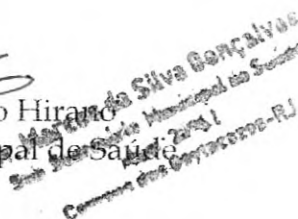
19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

19.7- O SMS poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 20 de outubro de 2023.


Paulo Roberto Hirano
Secretário Municipal de Saúde


Márcia da Silva Gonçalves
2ª Vice Secretária Municipal de Saúde
Campos dos Goytacazes-RJ



151
[Handwritten signature]

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificação do item 3 do Termo de Referência)	QUANT	UND	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMOS (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMOS (R\$)
01	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, DOSAGEM: 2% + 1:100.000, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	2492	CAIXA COM 50 UNIDA DES			
02	MEPIVACAÍNA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 3%, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO	612	CAIXA COM 50 UNIDA DES			
03	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À FENILEFRINA, CONCENTRAÇÃO: 20 MG + 0,4 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL	1683	CAIXA COM 50 UNIDA DES			
04	BENZOCAÍNA, CONCENTRAÇÃO: 20%, USO: GEL TÓPICO	1100	UNIDA DE			
05	ARTICAÍNA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, CONCENTRAÇÃO: 4% + 1/100.000, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL	816	CAIXA COM 50 UNIDA DES			
06	PRILOCAÍNA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM FELIPRESSINA, DOSAGEM: 3% + 0,03UI/ML, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	715	CAIXA COM 50 UNIDA DES			
Total da Proposta: R\$						
Total Geral da Proposta por extenso: R\$						

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial n.º 010/2023, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial n.º 010/2023, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

[Handwritten signature]

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, elaborado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de ____ de 2023.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A SMS E A
EMPRESA _____.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ n.º 29.247.491/0001-51, com sede na Rua Voluntários da Pátria, n.º 875, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.080-792, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) Secretário(a) de Saúde, _____, nos termos do Decreto Municipal n.º 365/2009 e a empresa _____, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2023**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal n.º 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo n.º 2023.045.000339-9-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **aquisição de medicamentos anestésicos odontológicos para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação Municipal de Saúde do município de Campos dos Goytacazes/RJ**, conforme descrito nos Anexos I e VIII do edital e, em especial, na Nota de Empenho n.º ____/20__.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto, no processo n.º 2023.045.000339-9-PR e em tudo o mais que se relacione



com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;

- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital n.º 010/2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).





CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. _____ e pela Natureza de Despesa N.D. _____, com cobertura através da Nota Empenho n.º _____ de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso de a **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega do objeto deste contrato é de 15 (quinze) dias corridos, de acordo com o subitem 8.3 do Termo de Referência (Anexo VIII do edital da licitação), sob pena das sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão n.º 010/2023, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo n.º 2023.045.000339-9-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Contratante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada:

Testemunhas:





Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)
CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula
de Identidade n.º e CPF sob o n.º
....., a participar da Licitação instaurada pela Secretaria
Municipal de Saúde, na modalidade **PREGÃO n.º 010/2023**, suprarreferenciada, na
qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se
em nome da empresa
....., **bem**
como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua
interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, de de 2023.

Representante legal da empresa



Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão n.º 010/2023

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2023.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC n.º, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO N.º 010/2023**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP **(Modelo)** **DECLARAÇÃO**

Ref.: Pregão n.º 010/2023

.....
.....(razão social do licitante) com
endereço na

.....
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções
definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei n.º 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais
para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte
(EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal n.º
123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal n.º 8.768/17 e **não incide em**
qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar,
sendo considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal n.º 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º
123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art.
34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2023.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2023

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e vinte e três, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ n.º 29.247.491/0001-51, com sede na Rua Voluntários da Pátria, n.º 875, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.080-792, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal n.º 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal n.º 065/05 e n.º 342/06 com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial n.º 010/2023, **para aquisição de medicamentos anestésicos odontológicos para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação Municipal de Saúde do município de Campos dos Goytacazes/RJ**, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de **12 (doze) meses**.

Processo n.º 2023.045.000339-9-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	

Item	Descrição do Material	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário R\$

1.1 Nos anexos I e VIII do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, mediante a convocação para a assinatura do contrato.

1.2 As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.

1.3 A entrega deverá ser feita no prazo de 15 (quinze) dias corridos, conforme subitem 8.3 do Termo de Referência – Anexo VIII do edital da licitação.

1.4 Os produtos deverão conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos.





1.5 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

1.6 A empresa vencedora, no momento da entrega, deverá esperar pela conferência dos bens licitados pela comissão de recebimento, no que diz respeito à quantidade, qualidade, e especificações, sendo que eventuais trocas ou complementação de quantidades deverão ser feitas no prazo de até 05 (cinco) dias, sempre em acordo com a anuência da Administração Municipal, conforme disposto no subitem 5.3.2. do Termo de Referência.

1.7 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.

1.8 O pagamento será conforme disposto no item 6 do edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

1.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.9.1 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

2.0 - Os órgãos e entidades participantes deste Registro de Preços são os relacionados abaixo:

- **Secretaria Municipal de Saúde - SMS, como Órgão GERENCIADOR**
- **Fundação Municipal de Saúde - FMS, como Órgão PARTICIPANTE**

2.1. Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR:

2.1.1 - Gerenciar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento do fornecimento, avaliar o mercado constantemente de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

2.1.2 - Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

2.1.3 - Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade ocorrida na execução do contrato.

2.2 - Compete ao ÓRGÃO PARTICIPANTE:

2.2.1 - Emitir Nota de Empenho a crédito da CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento;

2.2.2 - Efetuar o pagamento referente ao objeto a ser contratado nos termos da presente Ata.

2.2.3 - Informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as eventuais irregularidades ocorridas durante o fornecimento.

3- Compete a CONTRATADA:



3.1 Executar durante 12 (doze) meses o fornecimento objeto desta Ata, a contar da publicação do extrato da mesma no Diário Oficial, na forma e condições aqui fixadas, mediante requisição da SMS, devidamente assinada pela autoridade responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Presencial n.º 010/2023;

3.2 Fornecer os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento estabelecidas nesta Ata.

A(s) empresa(s) _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecimento, objeto da licitação, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa

Testemunhas: _____



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Pregão Presencial SRP n.º 010/2023

165
[Signature]

Processo n.º 2023.045.000339-9-PR
Data: 20/10/2023

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a realização de licitação para **"AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANESTÉSICOS ODONTOLÓGICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ"**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A aquisição será realizada mediante licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, na categoria **LICITAÇÃO POR ITEM**, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, conforme condições deste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições disciplinadoras da aquisição do objeto descrito no item 1.1, contendo os custos e os elementos técnicos necessários e suficientes para sua caracterização com nível de precisão adequado, além orientar a execução e a fiscalização do futuro contrato.

2.2. A Saúde é um direito social assegurado pelo ordenamento jurídico com o fito de preservar a vida e a higidez do indivíduo. O artigo 196 da Constituição da República garante ao cidadão acesso aos tratamentos de saúde oferecidos pelo poder público e a Lei nº 8.080/90 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, recuperação da saúde, organização e funcionamento de seus serviços, regulamentando assim as disposições constitucionais sobre a temática:

2.2.1. A Lei Orgânica da Saúde reafirma ainda os princípios e diretrizes insculpidos na *Magna Carta*, a exemplo da universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a sua integralidade, a participação da comunidade, a descentralização político-administrativa com direção única em cada esfera de governo e a ênfase na descentralização desses serviços para os Municípios, além da regionalização e hierarquização da Rede de Serviços de Saúde e outros;

2.2.2. Em atendimento aos ditames normativos pertinentes à matéria, o intento da Rede Municipal de Saúde, composta pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), é fazer de suas instalações verdadeiros centros de excelência em procedimentos de baixa, média e alta complexidade, minorando custos e aprimorando resultados. Para tanto, faz-se necessário ter à disposição uma infraestrutura apta, estoques abastecidos e condições de trabalho favoráveis;

2.3. SMS e FMS possuem 432 (quatrocentos e trinta e dois) cirurgiões-dentistas desempenhando suas atribuições em 107 (cento e sete) consultórios ativos da Rede Municipal de Saúde – dentre os quais, 10 (dez) em regime de plantão 24h –, havendo ainda 5 (cinco) a serem reativados:

2.3.1. Os aludidos profissionais atuam na execução de prospectos da Rede Municipal de Saúde extremamente relevantes para a população, como Estratégia Saúde da Família, Programa Dentinho Saudável, Programa Saúde na Escola, Programa Portas Abertas (destinado às gestantes) e Estratégia Tratamento Restaurador Atraumático (TRA);

2.3.2. Nesse liame, os medicamentos odontológicos de natureza anestésica são fármacos utilizados por cirurgiões-dentistas para proceder à anestesia local em pacientes durante a prestação do serviço, ofertando-lhes um tratamento sem dor e desconforto, facilitando também a execução do trabalho pelo profissional;

2.3.3. Diante disso, sob a perspectiva do interesse público, a aquisição de medicamentos odontológicos de natureza anestésica é extremamente necessária, tendo em vista a relevância da manutenção dos serviços de saúde odontológica fornecidos por SMS e FMS, sendo certo que a sua cessação deixará os administrados desassistidos, causando-lhes dano incomensurável;

2.3.4. Nessa perspectiva, consubstancia-se a necessidade de aquisição dos referidos itens pelo período de 12 (doze) meses, tempo hábil para que os estoques se mantenham guarnecidos sem ameaça de interrupção dos serviços odontológicos prestados com a consequente desassistência à população;

2.4. De mais a mais, o pregão é a modalidade de licitação prevista na Lei nº 10.520/2002 para aquisição/contratação de bens e serviços comuns por todos os Entes da Federação independentemente do valor estimado para o futuro contrato, considerando-os como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado:

2.4.1. Segundo o TCU, *"os medicamentos se enquadram na descrição de bens comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado (art. 1º da Lei 10.520/2002, c/c o art. 2º, § 1º, do Decreto 5.450/2005)"*;

2.4.2. A recomendação pela forma presencial do pregão justifica-se diante da gama de vantagens que ela proporciona como: inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasam os procedimentos e aumentam seus custos, possibilitar

esclarecimentos imediatos durante a realização do certame, facilitar a negociação de preços, oportunizar a verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, proporcionando maior celeridade aos procedimentos sem prejuízo da competição de preços;

2.4.3. Outrossim, a opção pelo pregão presencial não produz alteração no resultado final do certame; pelo contrário, pode permitir maior redução de preços em vista da interação instantânea do pregoeiro com os licitantes;

2.4.4. Dessarte, com a devida justificativa, considerando ainda a celeridade sem qualquer prejuízo à escolha da proposta mais vantajosa, eis que presente a fase de lances verbais, o pregão presencial se configura como meio fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa, prestigiando inclusive o princípio da eficiência, sendo, portanto, o formato mais adequado ao processo de aquisição regido por este Termo;

2.5. De mais a mais, o art. 11 da Lei nº 10.520/2002 preconiza que *"as compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico"*. Nessa toada, o art. 15, II, Lei nº 8.666/93 estabelece que sempre que possível, as compras deverão ser processadas pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), regulamentado no Município de Campos dos Goytacazes pelo Decreto Municipal nº 342/2006 com as alterações sofridas por meio do Decreto Municipal nº 15/2009.

2.6. Além do que, o art. 15, IV, da Lei nº 8.666/93 estipula que as compras, sempre que possível, deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade, restando evidente a regra da divisibilidade nas compras realizadas pelo Poder Público:

2.6.1. Sobre a temática, o TCU editou a Súmula nº 247 – TCU/2007, segundo a qual: *"é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade"*;

2.6.2. Dessa forma, em consonância com o verbete sumular trazido à baila, quando o objeto da licitação for divisível, a regra deve ser a licitação por item, e não por preço global (que deve ser utilizada em situações excepcionais, que demonstrem a inviabilidade técnica ou econômica da licitação por item, bem como a ausência de risco à competitividade);

2.6.3. Logo, em razão da natureza divisível do objeto, é cabível o parcelamento, de modo que a futura aquisição ou contratação deverá se dar pela licitação por item, através da qual a Administração realiza várias licitações de objetos distintos a serem adquiridos ou contratados em um único certame, com cada item sendo julgado de forma independente e comportando a comprovação dos requisitos de habilitação.

2.7. Assim sendo, resta justificada a necessidade de aquisição dos itens especificados neste Termo de Referência, que será parte integrante e indispensável do futuro procedimento formal de contratação, bem como as respectivas características deste.

3. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. Os itens componentes do objeto descrito no item 1.1 são medicamentos odontológicos de natureza anestésica e:

3.1.1. São bens comuns em consonância com o preconizado pela Lei nº 10.520/2002.

3.2. Total de itens a serem licitados com suas especificações e quantitativos:

ITENS A SEREM LICITADOS					
Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT. SMS	QUANT. FMS
1	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, DOSAGEM: 2% + 1:100.000, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	TUBETE DE CRISTAL TRANSPARENTE 1,8 ML - EMBOLO SILICONIZADO. VALIDADE MÍNIMA 24 MESES	CAIXA COM 50 UNIDADES	1.792	700
2	MEPIVACAÍNA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 3%, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO	SEM VASOCONSTRITOR, TUBETE 1,80 ML, DE CRISTAL TRANSPARENTE, EMBOLO SILICONIZADO, BLISTER LACRADO COM 10 TUBETES CADA; VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES	CAIXA COM 50 UNIDADES	512	100

3	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À FENILEFRINA, CONCENTRAÇÃO: 20 MG + 0,4 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL	TUBETE 1,80 ML, DE POLIPROPILENO, VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES	CAIXA COM 50 UNIDADES	1.433	250
4	BENZOCAÍNA, CONCENTRAÇÃO: 20%, USO: GEL TÓPICO	POTE 12,00 G, VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES	UNIDADE	1.000	100
5	ARTICAÍNA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, CONCENTRAÇÃO: 4% + 1/100.000, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL	TUBETE 1,80 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES	CAIXA COM 50 UNIDADES	716	100
6	PRILOCAÍNA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM FELIPRESSINA, DOSAGEM: 3% + 0,03UI/ML, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	TUBLETE DE VIDRO, EMBALAGEM COM 50 TUBLETES DE CRISTAL COM 1,80ML CADA, ISENTOS DE SULFITO, VASOCONSTRITOR FELIPRESSINA (SENDO UMA ALTERNATIVA SEGURA PARA A CONTRAINDICAÇÃO DA EPINEFRINA), EXCELENTE OPÇÃO PARA DIABÉTICOS E ASMÁTICOS, ENVASADOS EM TUBETES DE VIDRO, PERMITE MELHOR VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUÍNEO, CONFORTO PARA O PACIENTE (MAIOR SUAVIDADE DE DESLIZAMENTO DE ÊMBOLO SILICONIZADO, MINIMIZANDO A DOR DURANTE A INJEÇÃO).	CAIXA COM 50 UNIDADES	665	50

4. PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1. As propostas deverão ser julgadas com base no critério de MENOR PREÇO POR ITEM.
- 4.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, de modo que nenhuma outra remuneração será devida pela adequada e perfeita prestação do objeto desta licitação.
- 4.3. A planilha deverá ser preenchida de forma a constar em expressos os valores unitários e os valores totais.
- 4.4. A validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação.
- 4.5. A proposta deverá apresentar dados da empresa, tais como: razão social, CNPJ, endereço, e-mail, número da conta corrente, agência e nome do Banco para pagamento, telefone para contato, e bem como a indicação, mediante nome e documentos pessoais, da pessoa responsável pela assinatura do contrato decorrente deste procedimento.
- 4.6. As propostas de preços deverão ser elaboradas de forma clara e concisa, devendo ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, bem como ser devidamente assinada pelo licitante, ou seu representante legal e rubricada pelo mesmo em todas as suas folhas. Recomenda-se que todas as páginas numeradas sequencialmente.
- 4.7. A empresa licitante deverá apresentar junto ao envelope de proposta a seguinte documentação técnica, **sob pena de desclassificação da proposta**:
- 4.7.1. Cópia do Registro dos produtos no Ministério da Saúde ou isenção dos mesmos, devidamente comprovada esta;
- 4.7.2. Autorização de Funcionamento do FABRICANTE, expedida pelo Ministério da Saúde ou órgão competente do país de origem da mesma;

4.7.2.1. Em se tratando de produto importado, deverá ser apresentado a Autorização de Funcionamento da EMPRESA IMPORTADORA do produto, aquela que detém o registro do produto junto à ANVISA.

4.7.3. A documentação técnica exigida nos subitens 4.7.1 e 4.7.2 deverá ser apresentada obrigatoriamente da seguinte forma: apensado um ao outro, devidamente paginados, obedecendo a ordem dos itens ofertados neste termo.

4.8. Os documentos acima discriminados serão analisados pela equipe técnica a ser designada pela Secretaria Municipal de Saúde, para que possa ser emitida declaração informando em quais itens a licitante encontra-se apta e, justificadamente, em quais se encontra inapta acerca de cada item a ser ofertado.

5. ADEQUAÇÃO DE VALORES

5.1. No que se refere ao registro dos itens objeto da licitação, estes estarão condicionados à análise da adequação dos menores preços estabelecidos na TABELA CMED - CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS como parâmetro para fins de adjudicação e homologação.

5.2. Para possíveis futuras readequações de valores será utilizada a TABELA CMED - CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS como parâmetro.

6. INAPLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E DA LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17

6.1. Tendo em vista a aplicabilidade dos critérios de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual no âmbito das licitações públicas, normatizados pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 52 a 56 da Lei Municipal nº 8.768/2017, julga-se oportuno estabelecer o seguinte:

6.1.1. Justifica-se a não realização de exclusividade e de cotas reservadas no futuro certame pelo fato de que a separação dos itens por cotas poderá apresentar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, levando em consideração as peculiaridades existentes no mercado de medicamentos, pois determinados materiais são exclusivos de grandes fabricantes, isto é, empresas de grande porte;

6.1.2. Sendo assim, corrobora-se que a aplicação das vantagens materiais previstas legalmente em benefício das microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas, podem ter sua aplicabilidade dispensada pela autoridade responsável pelo certame de acordo com a conveniência e oportunidade com fulcro no art. 57 da Lei Municipal nº 8.768/2017, cuja transcrição faz-se abaixo:

*"Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta Lei, quando:
(...)*

II – O tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública, por registrarem preço superior ao valor estabelecido como referência, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, por incompatibilidade na aplicação dos benefícios."

6.2. Observa-se que a Lei Complementar nº 123/06 e a Lei Municipal nº 8.768/17 visam ampliar a participação das ME/EPP no campo licitatório, mas não elevar a sua hipossuficiência econômica acima do interesse público. Desta forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame, tais como: competitividade; economicidade e eficiência, buscando-se a proposta mais vantajosa para a administração, de acordo com o exposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. As empresas deverão apresentar junto ao envelope de habilitação, os seguintes documentos:

7.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado(s) em papel timbrado do emitente e que comprove que a licitante tenha fornecido ou esteja fornecendo de maneira satisfatória e a contento produtos de natureza similar e com características técnicas aproximadas, observando as peculiaridades do objeto (Lei nº 8.666/93);

7.1.2. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, nos termos da Lei Federal nº 6.360/1976;

7.1.3. Alvará de Licença atualizado expedido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal da sede da licitante, segundo Código Sanitário e legislação complementar (Lei nº 6.360/76 e Decreto nº 8.077/2013);

7.1.4. Comprovação de profissional do Conselho Regional de Farmácia – CRF ou de Enfermagem – COREN, como responsável técnico, devidamente regularizado e inscrito no Conselho, vinculado à empresa.

8. ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento deverá ser realizado de forma parcial, mediante Nota de Empenho/Ordens de Fornecimento/Contratos a serem emitidos, indicando a descrição, quantidade, marca e preços dos materiais, de acordo com as condições estabelecidas neste termo de referência.

8.2. Local de entrega:

8.2.1. Órgão Gerenciador (SMS): Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde – Rua Voluntários da Pátria, 875, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, de segunda a sexta, das 8h às 16h;

8.2.2. Órgão Participante (FMS): a entrega deverá ser feita no Departamento Farmacêutico da Fundação Municipal de Saúde, situado na R. Rocha Leão, 02, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, de segunda a sexta, das 8h às 16h.

8.3. A licitante vencedora terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para efetuar as entregas, a partir do recebimento das Notas de Empenho/Contratos/Ordens de Fornecimento, que deverão conter a descrição, quantidade, marca e preço registrado dos materiais, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e estar assinada por servidor responsável, podendo ser postergado se assim for entendido e definido pelo gestor da Contratante, em comum acordo com a Contratada, tendo como principal objetivo o atendimento das necessidades da Contratante:

8.3.1. Os itens deverão ser entregues embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverão observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante;

8.3.2. Os itens deverão estar rotulados de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens, tanto primária quanto secundária, não de estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

8.3.2.1. Identificação do produto, inclusive a marca;

8.3.2.2. Nome e endereço do fabricante;

8.3.2.3. Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento, bem como o número do lote;

8.3.2.4. Componentes do produto (embalagem primária), inclusive os tipos e códigos de aditivos, caso utilizados;

8.3.2.5. Número do Registro no órgão competente;

8.3.2.6. Peso líquido;

8.3.2.7. Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

8.3.2.8. Os dizeres: "PRODUTO INSTITUCIONAL – VENDA PROIBIDA", ou "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme Art. 7º, caput, da Portaria nº 2.814/GM, de 29 de maio de 1998;

8.3.3. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, sob pena de responsabilização por infração prevista na Lei Federal n. 6.437/77 e crime previsto no Código Penal a ser apurado na forma da Lei;

8.3.4. O prazo de validade dos itens a serem licitados será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses da data de fabricação;

8.3.5. A contratada deverá assegurar que, na data da entrega dos itens, estes apresentem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade;

8.3.6. No momento da entrega, a contratada deverá esperar pela conferência dos bens licitados pelo servidor responsável e/ou pela comissão de recebimento, no que diz respeito à quantidade, qualidade, e especificações constantes neste Termo de Referência, sendo que eventuais trocas ou complementação de quantidades deverão ser feitas no prazo de até 5 (cinco) dias, sempre em acordo com a anuência da Administração Municipal;

8.3.7. Caberá ao responsável pelo recebimento o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da contratada, bem como a exigência quanto ao percentual do prazo de validade a que se refere o subitem 8.3.5, devendo informar os casos de descumprimento total ou parcial para fins de análise e, se for o caso, de aplicação das penalidades previstas no ato convocatório e na legislação;

8.3.8. As despesas com transporte e serviços de entrega são de responsabilidade da Contratada;

8.3.9. Os produtos deverão ser entregues de forma a não ser danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega;

8.3.10. Considerar-se-á, para efeitos de recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, a data de assinatura da Contratada no recibo de entrega ou a data de envio de correspondência eletrônica (e-mail) enviada pela Contratante, desde que o mesmo ocorra em dia/horário comercial. Caso o envio ocorra fora do período comercial, será considerado o próximo dia útil ao envio, para fins de cálculo dos prazos de fornecimento.

8.4. A Contratada assumirá todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados à entrega dos itens, sendo de sua inteira responsabilidade a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do contrato.

8.5. A Contratada responsabilizar-se-á por possíveis complicações referentes ao fornecimento, inclusive os custos dele decorrentes.

8.6. A Contratada será responsabilizada civil e criminalmente por todo e qualquer prejuízo, acidente ou dano que, em virtude da execução contratual, vier a ser causado à Administração Pública e/ou a terceiros, obrigando-se a garantir a qualidade dos itens a serem entregues.



- 8.7 Não poderá a Contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência.
- 8.8 A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos itens cotados nos termos da legislação vigente.
- 8.9 A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo transporte e entrega dos itens cotados nos termos da legislação vigente.
- 8.10. Os produtos deverão obrigatoriamente estar acondicionados em embalagens de boa qualidade, contendo todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes.
- 8.11. A Contratada deverá cumprir obrigatoriamente as normas legais vigentes de segurança e medicina do trabalho, bem como toda a legislação pertinente à fabricação, à distribuição, ao armazenamento e ao fornecimento dos itens objeto deste Termo de Referência.
- 8.12. A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações estará obrigada a atender prontamente.
- 8.13. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. RECEBIMENTO DOS ITENS

9.1. O recebimento do objeto da licitação se dará conforme o disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/93, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

9.1.1. **Provisoriamente** - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos itens, para verificação da conformidade do material com a especificação;

9.1.2. **Definitivamente** - O recebimento definitivo dos itens será realizado após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e de sua consequente aceitação. Tal recebimento se dará por servidor responsável e constará de:

I - A verificação dos itens contratados para constatar a sua integridade;

II - A verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado, bem como de sua qualidade e garantia;

III - A critério exclusivo do Município poderão ser realizados testes de forma a verificar a sua compatibilidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado.

9.2. Em sendo satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo, que também poderá ser suprido pelo ateste do servidor responsável na nota fiscal/fatura correspondente ao pagamento pelo fornecimento dos itens.

9.3. Caso sejam insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, os itens serão rejeitados, devendo ser corrigidos no limite dos prazos já estabelecidos no presente termo.

9.4. Caso a correção não ocorra nos prazos previstos no Termo de Referência estará a Contratada incorrendo em atraso na execução, sujeita à aplicação das sanções previstas.

9.5. Os custos da correção supracitada correrão exclusivamente à conta da Contratada.

9.6. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho dos itens fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da necessidade existente.

9.7. À Contratada caberá sanar a irregularidade apontada no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da futura aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte Categoria Econômica do Orçamento vigente:

SMS:

- Entidade: 45 – Fundo Municipal de Saúde
- Programa: 10.301.0081.4198.0000
- Natureza: 3.3.90.30
- Fonte: 1.600

FMS:

- Programa de trabalho: 10.301.0082.2387
- Natureza da Despesa: 3.3.90.30
- Fontes de Recursos: 100/122/133/144/166/210/213/214

11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

11.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, e a vigência de seus respectivos contratos será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata será respeitada nas contratações.

11.3. É permitida a futura e eventual ADESÃO À ARP por órgão não participante do certame, atendendo aos requisitos formais regulamentados pelo Decreto Municipal nº 342/2006 e suas alterações.



12. CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

12.1.1. Descumprir as condições da ARP;

12.1.2. No prazo estipulado pela Administração, deixar de assinar o contrato correlato, de retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, sem justificativa aceitável;

12.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

12.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.4 do item 12.1 será formalizado por despacho do Contratante, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

12.2.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público.

13. CONTRATO

13.1 Após o Registro da Ata e, durante o seu prazo de vigência, o Contratante solicitará, de acordo com suas necessidades, o quantitativo de itens a serem fornecidos para determinado período. Com base na referida solicitação, os itens serão empenhados, bem como será procedida a formalização do respectivo instrumento de contrato.

13.2. Os contratos terão prazo de vigência relacionado ao pedido feito pelo Contratante para o fornecimento dos itens registrados na ARP.

13.3. Os contratos decorrentes da presente licitação poderão ter seus prazos de vigência prorrogados obedecendo ao disposto na Lei Geral de Licitações e Contratos – Lei nº 8.666/1993 – de acordo com a disponibilidade orçamentária e necessidade da Administração.

13.4. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e comprovações e mediante interesse da Contratante.

14. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

14.1. Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP.

14.2. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente ARP.

14.3. Gerenciar a ARP, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos.

14.4. Dar ciência da ARP ao Órgão Participante logo após a conclusão do procedimento licitatório.

14.5. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

14.6. Aplicar as sanções decorrentes de descumprimento do pactuado na ARP ou das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Realizar periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

14.8. Respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata nas contratações dela decorrentes.

15. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

15.1. Consultar previamente o Órgão Gerenciador quando da necessidade da contratação a fim de obter informações quanto ao licitante vencedor do certame, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

15.2. Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Órgão Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização.

15.3. Após receber a indicação do fornecedor, zelar pelos demais atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas pelo mesmo e, também, em coordenação com o Órgão Gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

15.4. Informar o Órgão Gerenciador, quando de sua ocorrência, acerca da recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas firmadas na ARP, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para o fornecimento dos itens constantes deste Termo de Referência.

16. OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO ENQUANTO CONTRATANTE

16.1. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor antes dos atos relativos à celebração e gestão contratual, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

16.2. Requisitar o fornecimento do material na forma prevista neste Termo de Referência.

- 16.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações dentro das normas do contrato.
- 16.4. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- 16.5. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens a serem contratados, por intermédio de fiscais designados pelos órgãos competentes, nos termos do artigo 67, da lei 8.666/93.
- 16.6. Cumprir suas obrigações estabelecidas no contrato.
- 16.7. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito à natureza do objeto a executar.
- 16.8. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos do presente Termo de Referência.
- 16.9. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- 16.10. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
- 16.11. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- 16.12. Indicar os locais e horários em que deverão ser fornecidos os produtos.
- 16.13. Notificar por escrito o fornecedor sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no material fornecido, fixando prazos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e/ou adotar recursos contratuais de punição quando aplicáveis.
- 16.14. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade apresentada pelo bem fornecido.
- 16.15. Prever em sua programação financeira e orçamento, os recursos necessários para custear as despesas relativas ao contrato.
- 16.16. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências da SMS e da FMS para tratar de assuntos pertinentes ao objeto contratado.
- 16.17. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.
- 16.18. Aplicar as sanções contratuais cabíveis, observando-se em todo caso o contraditório e a ampla defesa.
- 16.19. Efetuar pagamento relativo aos itens entregues dentro dos prazos legais mediante apresentação das notas fiscais.

17. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA ENQUANTO SIGNATÁRIA DA ARP E EVENTUAL CONTRATADA

- 17.1. Assinar a Ata de Registro de Preços – ARP, bem como o instrumento contratual dela decorrente.
- 17.2. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência, no edital e na ARP, inclusive no que tange ao cumprimento das regras do controle de qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento dos quantitativos registrados, atendendo às solicitações de compras do CONTRATANTE durante todo o prazo de execução do(s) contrato(s) correlato(s).
- 17.3. Realizar o fornecimento decorrente da(s) contratação(ões) correlata(s) na forma e condições determinadas neste Termo de Referência, no futuro Edital e na respectiva ARP.
- 17.4. Manter durante toda a execução do objeto da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência no edital e seus Anexos.
- 17.5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
- 17.6. Indicar preposto, tão logo ocorra à publicação da ata de registro de preços, como contato para todos os atos a serem praticados.
- 17.7. Comunicar de imediato ao CONTRATANTE, conforme o caso, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.
- 17.8. Informar imediatamente ao CONTRATANTE, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento do objeto, para a adoção de medidas cabíveis.
- 17.9. Encaminhar laudos e prestar as informações requisitadas pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido, inclusive quanto ao planejamento da produção e ao atendimento aos contratos decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços;
- 17.10. Responsabilizar-se por todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a aquisição objeto da presente licitação.
- 17.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente termo.
- 17.12. Responsabilizar-se integralmente, pelo bem contratado, nos termos da legislação vigente.
- 17.13. Responsabilizar-se inteiramente pelo transporte dos bens em garantia para assistência técnica.
- 17.14. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verificarem vícios redibitórios, defeitos ou incorreções, não ocasionados pela CONTRATANTE, durante a vigência do Termo de Referência e da garantia.

17.15. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE, a usuários dos produtos fornecidos, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando for o caso e no que couber.

17.16. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

17.17. Executar a entrega do bem em horários pré-estabelecidos pela contratante.

17.18. Observar o percentual de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da validade do medicamento na data da entrega do produto.

17.19. Informar em suas notas fiscais de venda os números dos lotes dos produtos nelas constantes.

17.20. Cumprir obrigatoriamente as normas legais vigentes de segurança e medicina do trabalho.

17.21. Cumprir obrigatoriamente toda a legislação pertinente à fabricação, distribuição, armazenamento e fornecimento dos materiais objeto deste estudo.

17.22. Cumprir obrigatoriamente a normatização referente à sustentabilidade no que concerne ao objeto contratual durante toda a execução do futuro contrato.

17.23. Por descumprimento total ou parcial da obrigação contratada e assumida serão aplicadas a contratada, as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação.

17.24. Permitir ao servidor ou comissão credenciados pelo CONTRATANTE fiscalizar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não atendam as especificações do objeto, observando sempre as exigências que lhe forem solicitadas por escrito.

17.25. A signatária da ARP deverá apresentar garantia integral do fabricante dos itens.

17.26. Cumprir os prazos estipulados para entrega.

17.27. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

17.28. O descarte de medicamentos com prazos de validade vencidos e/ou vencidos será de responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

17.29. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

18. PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as ordens de fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura à CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do(s) material(is), desde que não haja fator impeditivo por parte da licitante adjudicada.

18.2. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar a cópia da CND DA RECEITA FEDERAL, bem como do FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

18.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

18.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de 30 (trinta) dias recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

19. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE reservam-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e avaliação sobre os itens solicitados diretamente ou por prepostos designados. Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste Termo, ficam sujeitos à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e demais sanções cabíveis.

19.2. A fiscalização e o acompanhamento serão exercidos pelo(s) servidor(es) responsável(is) a ser(em) designado(s) pela CONTRATANTE, que terão, dentre outras, a incumbência de solicitar à CONTRATADA a substituição de materiais ou equipamentos que considere defeituosos, ineficientes, inadequados ou que estejam fora das especificações contratadas.

19.3. O(s) servidor(es) responsável(is) registrará(ão) em relatório as deficiências verificadas no recebimento dos itens, encaminhando cópias à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

19.4. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de proceder quaisquer diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se a CONTRATADA às cominações legais.

19.5. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº 8.666/93 e demais diplomas normativos aplicáveis, ensejará a rescisão do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20. PENALIDADES

20.1 A inexecução do objeto desta licitação, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

20.2. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

20.3. A sanção prevista na alínea "b" da cláusula 20.1. poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

20.4 A multa administrativa prevista na alínea "b" da cláusula 20.1 não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

20.5 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

20.6 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativa, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

20.7 A aplicação da sanção prevista na alínea "d" da cláusula 20.1 é de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

20.8 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9 Será remetida à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

20.10 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação de multa.

21. FORO


21.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de **Campos dos Goytacazes/RJ**.


22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Qualquer procedimento alternativo não poderá ser adotado sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, conforme o caso.

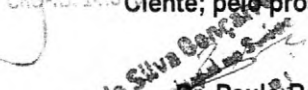
22.2. Cabe à CONTRATADA fornecer os itens dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para entrega.

Campos dos Goytacazes/RJ, 12 de setembro de 2023.


Cristiane Abilio Freitas Braga
Assessora Chefe do Departamento
de Assistência Farmacêutica
Matr.: 36.495


Prof. Dr. José Luiz Carvalho de Oliveira
Assessor Chefe do Departamento Científico
Matrícula: 8268 CRQ-RJ: 14.07

Ciente: pelo prosseguimento.


Dr. Paulo Roberto Hirano
Secretário Municipal de Saúde
Campos dos Goytacazes/RJ